

11592 - Caminhos para uma socioeconomia sustentável em áreas rurais: uma análise agroecológica do Maciço de Baturité, Ceará

Pathways to a sustainable socio-economy in rural areas: an agroecological analysis in Baturité, Ceará

CUNHA, Francisco Eduardo de Oliveira¹; FILHO, Francisco Casimiro²

1 Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Prodema da Universidade Federal do Ceará - UFC. E-mail: duduoliveira@gmail.com; 2 Orientador e Professor do Departamento de Economia Agrícola – UFC. E-mail: casimiro@ufc.br

Resumo: A necessidade de se repensar uma outra racionalidade econômica no meio rural nos sinaliza para a agroecologia. Entretanto, inúmeras são as dificuldades para sua disseminação, sobretudo num contexto de expansão capitalista no campo. Neste cenário, tal trabalho se propõe em contribuir para o debate acerca da viabilidade econômica da agroecologia, apresentando os assentamentos rurais como um espaço propício para a propagação do ideal de um outro desenvolvimento. Com efeito, compreende-se a agroecologia como um caminho possível para se alcançar uma nova socioeconomia, que possibilite o diálogo entre agricultura e ecologia, homem e natureza, numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Agroecologia, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Sustentável

Abstract: *The need to rethink one another in the rural economic rationality in agro-ecology signals. However, there are innumerable difficulties in its spread, especially in the context of capitalist expansion in the field. In this scenario, this work aims to contribute to the debate about the economic viability of agro-ecology, with rural settlements as a space conducive to the spread of the ideal of another development. Indeed, one can understand the agro-ecology as a possible way to achieve a new socio-economy that will facilitate dialogue between agriculture and ecology, man and nature, a perspective of sustainable rural development.*

Key Words: *Family Agriculture, Agroecology, Rural development, Sustainable Development*

Introdução

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2010), com base no Censo Agropecuário 2006, existem no Brasil 4.367.902 estabelecimentos agropecuários familiares (84,4% do número de estabelecimentos rurais). A agricultura familiar ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no campo. Ainda, de acordo com a última publicação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (2010), os grandes responsáveis pelos alimentos que chegam às nossas mesas são os pequenos produtores rurais, que respondem por mais de 70% do que consumimos.

Destarte, o pequeno agricultor sob a prática da agricultura familiar, tem papel protagonista na vida diária da população, bem como em promover um novo modelo de

desenvolvimento rural que surja endogenamente, dialogando com a sustentabilidade, sobretudo em sua dimensão ambiental.

Entretanto, inúmeras são as dificuldades enfrentadas por estes pequenos produtores, principalmente quando lançam mão de práticas agrícolas ecológicas, uma vez que caminham em sentido oposto à lógica capitalista cada vez mais compromissada com a alta produtividade, sem se questionar sobre as reais consequências e impactos ao meio ambiente.

A questão agrária, no ideário de luta por acesso às terras e de novas relações sociais, também se insere na proposta de desenvolvimento rural, apresentando-se também como uma força que tem incorporado em seu discurso preocupações direcionadas à sustentabilidade ambiental nos assentamentos de reforma agrária.

Dessa forma, a questão agrária se agrega à questão ambiental. Ambas se apresentam como elementos essenciais no discurso de um ideário de qualidade de vida da população camponesa, na busca de garantias que ao longo da história foram deixadas em segundo plano pelo Estado, conseqüentemente, que excluíram tais populações do acesso a determinados ativos socioeconômicos e que lhes garantem minimamente uma vida digna.

A agroecologia se inclui nesse discurso, apresentando-se como uma alternativa que visa buscar a soberania alimentar, arraigada de consciência ambiental nas práticas agrícolas, no intuito de se promover um outro desenvolvimento, ou seja, um novo direcionamento produtivo para os pequenos produtores.

Neste cenário, no entanto, convive-se com a problemática: quais os reais limites e possibilidades da agroecologia nos assentamentos rurais, implementados por agricultores familiares, na promoção de um desenvolvimento rural sustentável?

Segundo Gliessman (2005), a agroecologia vem expressar uma maior proximidade entre ecologia e agricultura, a partir da necessidade de se combinar desenvolvimento econômico e preservação ambiental que garanta a disponibilidade de recursos que não comprometa as gerações futuras. Entretanto, devemos perceber que a agroecologia não pode ser compreendida somente como uma simples técnica ou uma agricultura que não se utilize de agrotóxicos ou fertilizantes químicos em seu processo produtivo. Não é simplesmente mais uma forma de se produzir “ecologicamente”. Esta vai muito mais além, uma vez que deve estar comprometida na reconstrução de novas relações socioeconômicas, conforme esclarece Caporal (2009):

Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência. (...) a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do

desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis. (CAPORAL, 2009, p. 16-18)

Portanto, o tema proposto “Caminhos para uma socioeconomia sustentável em áreas rurais: uma análise agroecológica do Maciço de Baturité, Ceará”, se lança em tentar contribuir na reflexão do papel da agroecologia na promoção de uma “nova racionalidade” (LEFF, 2009) econômica, ou seja, de um novo modelo de desenvolvimento que priorize o local e o tradicional, no intuito de se relacionar produtivamente sobre bases ecológicas, superando as análises excessivamente economicistas e que contemple em sua prática as diversas dimensões do desenvolvimento: a econômica, a social e a ambiental.

Com efeito, a referida pesquisa apresenta como objetivo geral: Analisar a sustentabilidade ambiental e socioeconômica das práticas agrícolas dos assentamentos da região do Maciço de Baturité, Ceará.

Do ponto de vista específico, objetiva-se: 1. Analisar a consciência ecológica dos pequenos produtores; 2. Identificar e avaliar limites e possibilidades produtivas, principalmente sobre bases ecológicas; 3. Avaliar e caracterizar a capacidade organizativa, de cooperação e coesão entre os pequenos produtores; e 4. Tentar colaborar para a explicitação de políticas públicas voltadas para o fomento ao desenvolvimento rural sustentável.

Neste sentido, pretende-se agregar instrumentais teóricos, bem como observações concretas *in loco*, que sirvam de subsídio para promover ou desenvolver uma potencial perspectiva de nova sociabilidade numa área de assentamento de reforma agrária no estado do Ceará, localizado em Aratuba, município este que além de uma reconhecida história na luta contra os latifundiários, apresenta também experiências relevantes na prática de atividades produtivas compromissadas com a sustentabilidade ambiental.

Metodologia

Na tentativa de se analisar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do assentamentos rurais na região do Maciço de Baturité-Ce a partir de práticas de agricultura ecológica, optamos pelo método qualitativo e de natureza exploratória, uma vez que permite ao pesquisador alcançar com mais clareza e abrangência a compreensão do problema, segundo Marconi e Lakatos (2003).

Com efeito, tem-se utilizado uma adaptação da metodologia de Dill (2007), onde em sua proposta são utilizados 21 (vinte e um) parâmetros que englobam as dimensões ambiental, econômica, social, político-institucional, entre outras, e que tem nos auxiliado a analisar aspectos como a consciência ecológica dos assentados, bem como nos dado respostas para uma melhor compreensão das relações socioeconômicas dos moradores dos assentamentos.

Já a Análise de Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA), outra metodologia que vem sendo utilizada na pesquisa, tem contribuído principalmente na caracterização produtiva dos assentamentos, identificando e avaliando seus limites e possibilidades, fator relevante

para subsidiar a reflexão acerca de novos caminhos possíveis para o desenvolvimento rural, bem como políticas públicas, programas de fomento à agroecologia e economia solidária e demais projetos.

Por fim, a área de estudo abrange assentamentos localizados nas cidades de Baturité, Mulungu, Aratuba e Barreira, todas localizadas na região do Maciço de Baturité, no estado do Ceará.

Resultados e discussão

A partir de resultados preliminares, está sendo verificado que as experiências agroecológicas, apesar de suas dificuldades, sobretudo pela ausência de políticas públicas, tem obtido sucesso em algumas de suas ações, as quais tem propiciado aos pequenos produtores dos assentamentos estudados, melhorias significativas de renda e, sobretudo, fortalecido as relações sociais e econômicas entre os mesmos, principalmente quando estes agem coletivamente dentro do Maciço do Baturité, como é o caso da Feira Agroecológica organizada por alguns assentados, com o apoio de instituições não governamentais.

Com efeito, tais experiências tem se mostrado viáveis do ponto de vista socioeconômico e ambiental, ratificando a agricultura ecológica como um caminho possível de se estabelecer novas relações produtivas e sociais no campo, fortalecendo a discussão da agroecologia no papel de promoção de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável.

Enfim, acredita-se que é possível repensar uma outra racionalidade produtiva no campo, sobretudo em áreas de assentamento rural, onde estes se colocam para a agroecologia como um espaço adequado para efetivação e disseminação de suas práticas ecológicas, uma vez que nele se encontram reunidos elementos como o associativismo, cooperação, unidade familiar e principalmente, uma nascente e exponencial preocupação ecológica.

Agradecimentos

Ao Prodepa e a Capes/DS, por financiar e possibilitar o referido estudo.

Bibliografia Citada

CAPORAL F. R. (Org.); COSTABEBER, J. A; PAULUS, G. **Agroecologia : uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil – Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: novembro de 2010.

DILL, Paulo R. Jaques. *Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas*. 2007. 124f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura. A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011. Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Brasília: junho, 2010.